

Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte*

Leomar Luiz Prezotto¹

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

A agroindústria rural de pequeno porte é apontada como uma das alternativas para a reversão das conseqüências sociais desfavoráveis no meio rural. Tendo no espaço rural não mais apenas atividades exclusivamente agrícolas, mas a pluriatividade, a pequena agroindústria, de característica familiar, pode impulsionar a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda aos agricultores familiares, promovendo a sua (re)inclusão social e econômica. Buscamos, aqui, discutir uma concepção de pequena agroindústria. O objetivo é levantar algumas características deste tipo de empre-

Abstract

The “small scale rural agroindustry” is presented as one of the alternatives to revert the unfavorable social consequences in the rural milieu. As the rural environment is no longer dedicated exclusively to agricultural activities, but pluriactivities, small scale agroindustry with familial characteristics can impel, direct and indirectly, the creation of new work and income positions for the familial farmers, promoting their social and economic (re)inclusion. Our goal here is to discuss a conception of small scale agroindustry and heighten a few characteristics of this kind of

* A concept of “small scale rural agroindustry”

¹ Engenheiro Agrônomo, Mestrado em Agroecossistemas.

endimento, para que, de fato, se constitua numa alternativa de inclusão sócio-econômica dos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, seja viável dentro do modelo econômico atual. Esse debate se relaciona, também, com as ações e políticas públicas necessárias para impulsionar o referido modelo de agroindustrialização, com sustentabilidade e cidadania.

Palavras-chave: Agroindústria rural de pequeno porte, agricultura familiar, inclusão sócio-econômica.

undertaking so that, it can become an alternative for the familial farmers social and economic inclusion and, at the same time, make the undertaking viable within the present economic model. This debate is also related to the necessary public politics and actions to impel this agroindustrialization model with sustainability and citizenship.

Keywords: Small scale rural agroindustry; familial agricultural; social and economic inclusion.

Procuramos, neste artigo, discutir uma concepção de agroindústria de pequeno porte. Inicialmente apontamos algumas características sobre desenvolvimento e sustentabilidade, onde está inserido o debate da agroindustrialização em pequena escala. Em seguida, discutimos a pequena agroindústria. O objetivo é levantar algumas características deste tipo de empreendimento, importantes para que, de fato, se constitua numa alternativa de inclusão sócio-econômica dos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, seja viável dentro deste modelo econômico e de mercado a que estamos submetidos. Não temos a pretensão de indicar um conceito pronto e acabado, antes disso, abrir o debate sobre este tema. Falamos, também, sobre a possibilidade de articulação entre diversas pequenas agroindústrias, constituindo uma espécie de rede. Com esse modelo de organização, as pequenas agroindústrias procuram aumentar seu poder de barganha e a escala de produtos para a inserção nos grandes mercados. Procuramos, por fim, assinalar, resumidamente, a necessidade de políticas e ações públicas sobre pontos que representam entraves para a concretização desse modelo de agroindustrialização descentralizado e de pequeno porte.

Desenvolvimento: de um modelo excludente à construção da sustentabilidade

A partir da década de 60 houve uma intensificação da modernização da agricultura brasileira, baseada em um processo de transformação na sua base técnica, principalmente com o uso de maquinários, de fertilizantes e agrotóxicos e da genética, visando o aumento da produtividade e da produção de alimentos.

É nesse contexto que fortaleceram as grandes agroindústrias integradoras (ou surgiram outras), impondo uma nova dinâmica ao processo produtivo. Essa dinâmica trouxe a exclusão de muitos agricultores, principalmente pelo seu caráter seletivo. A integração, com novos padrões tecnológicos, exigiu um aumento da produção (de maior escala) e dos índices de produtividade. Esse processo fez aumentar as diferenças sócio-econômicas, concentrando renda e diminuindo o número de pessoas envolvidas na produção. As agroindústrias integradoras embora, por um lado, tenham possibilitado uma estratégia de reprodução da pequena produção familiar, por outro, com seus padrões de produção crescentes, criaram uma dinâmica que vem excluindo aqueles agricultores que não atingem os padrões impostos (SILVESTRO, 1995, p. 327).

Pela dinâmica econômica em curso, aqueles agricultores excluídos do processo de integração ou que não chegaram a entrar nele vêm diminuir, cada vez mais, suas possibilidades de participar do mercado. Paulilo (1990, p. 174), por exemplo, destaca a dificuldade dos suinocultores do Sul de Santa Catarina, para permanecerem na atividade sem serem integrados a uma grande agroindústria. Desta forma, continua, eles não podem romper com os frigoríficos porque o mercado paralelo absorve apenas pequena parte da produção. Ainda, segundo a autora, outro aspecto que preocupa os suinocultores independentes (não integrados) é o nível tecnológico imposto pelo modelo de produção moderno, que traz um nível de competição difícil de ser suportado. Esse processo vem implicando em custos sociais e ambientais elevados, o que já justificaria uma mudança do modelo de desenvolvimento vigente.

Esse modelo atual de desenvolvimento rural, do qual faz parte a agroindustrialização convencional (grande escala) tem como eixo central o crescimento econômico. Isto vem implicando problemas sociais e ambientais, como a falta de oportunidade de trabalho, a concentração de

renda e aumento da pobreza, a migração desordenada da população, em geral para os centros urbanos, o desequilíbrio ambiental, o crescimento da violência e a diminuição da qualidade de vida da população rural e, também, urbana.

Os debates sobre este tema indicam a construção de um novo desenvolvimento que seja sustentável. Autores, como Almeida (1998, p. 42-44), no entanto, falam da dificuldade em definir sustentabilidade, por ser este um tema polêmico, com diferentes definições ainda pouco precisas². Segundo Carmo (1998, p. 217), a dificuldade em operacionalizar a sustentabilidade do desenvolvimento está nos “interesses econômicos e classes sociais envolvidas e na necessidade de compatibilizar o que deve sustentar-se com o que deve desenvolver-se”. Ainda segundo a autora, o termo ‘sustentável’ está, de certo modo, voltado para a “imutabilidade no tempo e no espaço”, ao inverso de ‘desenvolvimento’. Outro aspecto para o qual a autora chama atenção é sobre uma certa “banalização dos termos ‘sustentabilidade, meio ambiente e ecologia’”, podendo “mascarar a seriedade necessária ao manuseio e operacionalidade dessas terminologias”.

Diante da dificuldade em definir “sustentabilidade” indicamos, aqui, alguns princípios que norteiam esse debate. O desenvolvimento sustentável, entendemos, deve permear uma condição de equilíbrio entre os aspectos social, cultural, ambiental e econômico. A sustentabilidade está, ainda, associada à viabilidade e à longevidade. Incorpora, neste caso, a idéia de um processo dinâmico e durável e, além do crescimento econômico, um caráter de justiça social, de preservação das culturas locais e de recuperação e preservação ambiental. Dentro de uma harmonia homem-natureza, o desenvolvimento sustentável deve, ao mesmo tempo, oportunizar, em cada local, o crescimento da economia a curto, médio e longo prazos, a geração de postos de trabalho com distribuição mais equitativa de renda, respeitando as culturas locais e reconstruindo e/ou preservando o equilíbrio ambiental. Com base na diversidade de situações e de soluções, o desenvolvimento toma um teor próprio em cada realidade local. Conforme aponta Almeida (1998, p. 52-53), o novo modelo de desenvolvimento seria rico em alternativas e em novas soluções e poderia transformar, “via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos”.

² Ver, ainda, Veiga (1998) e Guzmán (1998).

Outro aspecto que merece atenção nesse debate é o entendimento sobre o rural. Do ponto de vista econômico, é cada vez menos importante a visão do rural apenas como espaço de produção de matérias-primas ou, até mesmo, como local de atividades apenas agrícolas, pois as atividades econômicas não agrícolas vêm se constituindo em alternativas importantes de desenvolvimento do meio rural. Como propõe Da Silva (1999), o rural vem se caracterizando como um espaço de pluriatividade, ligado ao turismo e ao lazer, à prestação de serviços, à moradia e à agroindustrialização. Isto caracteriza a articulação de uma série de atividades, muitas delas tipicamente urbanas, que visam garantir a sustentabilidade (MATTEI, 1998). Neste novo papel, de pluriatividade ou de várias funções, a criação de pequenas agroindústrias pode ser apontada como uma das alternativas econômicas para a permanência da agricultura familiar e para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que pensa o rural como um todo e não mais apenas ligado à produção agrícola.

É nessa visão que se insere a proposta da agroindústria rural de pequeno porte – ARPP³.

A agroindústria rural de pequeno porte

A pequena agroindústria, nessa perspectiva, se torna uma importante alternativa para promover a participação dos agricultores familiares no processo produtivo. Para eles, a industrialização dos produtos agropecuários não se constitui em uma novidade. Isto já faz parte da sua própria história e da sua cultura, tendo como objetivo atender o consumo da família e, em menor grau, abastecer o mercado local com o excedente. Como exemplo, podemos citar a transformação de frutas em doces e bebidas, a elaboração de conservas em geral e a fabricação de queijos, embutidos e defumados de carne. Entendemos, aqui, como agroindustrialização, o beneficiamento dos produtos agropecuários (secagem, classificação, limpeza) e/ou a transformação de matérias-primas gerando novos produtos, de origem animal ou vegetal como, por exemplo, leite em queijo e frutas em doces e bebidas.

³ Outras denominações usadas para identificar o modelo de agroindustrialização descentralizado e de pequeno porte: pequena agroindústria, agroindústria familiar, pequena unidade industrial, pequeno estabelecimento industrial, estabelecimento industrial de pequena escala, agroindústria de pequena escala, agroindústria caseira, agroindústria artesanal e agroindústria de produtos coloniais.

No momento em que se discute um novo papel para o meio rural, não mais apenas de atividades exclusivamente agrícolas, mas de pluriatividade, o modelo de agroindustrialização descentralizado de pequeno porte, de característica familiar, é visto como uma das alternativas capaz de impulsionar uma distribuição de renda mais equitativa. Ou seja, pode proporcionar uma importante forma de (re) inclusão social para os agricultores, através da renda obtida pelo seu trabalho (e produção), melhorando a sua qualidade de vida. Para essas pessoas pode representar o (re) início da construção de cidadania, bem como uma oportunidade de resgate de valores sociais e culturais, que vai muito além do que usualmente é confundido com cidadania, mas que não passa, muitas vezes, da obtenção de documentos de identificação pessoal. Cidadania, aqui, pode ser entendida principalmente como oportunidade de trabalho e, em consequência, de obtenção de renda suficiente para viver com qualidade.

Segundo dados obtidos junto a Apaco/Desenvolver⁴ - Pólos 1, 2 e 3 no Oeste Catarinense, em 130 projetos de pequenas agroindústrias (implantadas, em fase de implantação ou de obtenção de financiamento), com 650 agricultores participantes, são gerados 1.040 postos de trabalhos diretos e 2.600 indiretos, com um custo médio por posto direto de R\$ 4.200,00 em investimentos. O incremento de renda média de cada associado é de R\$ 300,00 por mês.

Citamos, como exemplo, o caso da Associação de Agricultores Monte Alegre de Coronel Freitas⁵, proprietária da “Indústria de Alimentos e Frigorífico Agrado” (em funcionamento). A Associação conta com sete associados e uma população total de 29 pessoas. Esta agroindústria abate 700 suínos por ano (média de 58/mês), equivalente a 70.000 kg/ano de matéria-prima. Os principais produtos resultantes da industrialização são: carne em cortes, salame, lingüiça, banha, torresmo, queijo de porco e ossos, totalizando a produção de 48.576 kg. A renda bruta é de R\$ 142.333,34 e o custo total (fixo + variável) é de R\$ 97.568,72, resultando uma renda líquida de R\$ 44.764,62 por ano

⁴ Apaco - Associação dos Pequenos Agricultores da Colonização Oeste. Desenvolver - Projeto de fomento à verticalização da produção da agricultura familiar catarinense, do qual fazem parte a Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - Funcitec, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - Cepagro, a Apaco, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri. Prefeituras de Blumenau e Joinville e outras entidades.

⁵ Dados Apaco/Desenvolver - Pólos 1, 2 e 3.

(dados referentes apenas ao Frigorífico). A renda líquida média mensal, neste caso, corresponde a R\$ 532,91 por associado ou, ainda, R\$ 355,27 por pessoa envolvida no trabalho da agroindústria (10,5 pessoas).

Em suma, este tipo de industrialização⁶ oferece possibilidades de descentralização regional da produção, ao aproximar as agroindústrias da produção da matéria-prima; de redução do custo de transporte; de ampliação e descentralização das oportunidades de ocupação e remuneração da mão-de-obra; de utilização adequada dos dejetos e resíduos (reduzindo o poder poluente); e de diminuição das migrações desordenadas. Essa visão de desenvolvimento valoriza o meio rural, proporcionando uma melhor utilização do espaço territorial, e de busca da recuperação e preservação ambiental. Esse processo pode favorecer, ainda, um desenvolvimento local e regional mais equilibrado, com o aumento da arrecadação de impostos⁷, especialmente nos pequenos municípios. Nestes locais, o estímulo para a melhoria de sua economia está condicionado ao surgimento de iniciativas que favoreçam o aumento, a permanência e a (re) aplicação da renda da agricultura no próprio município e arredores. Uma consequência imediata é o surgimento e/ou fortalecimento do comércio local, estimulado pelo aumento do consumo de alimentos, de vestuário e calçados, de eletrodomésticos, de pequenos equipamentos, ferramentas e materiais de construção e de outros insumos usados na produção e na industrialização agropecuária.

Esse potencial da ARPP se torna mais evidente quando articulado com outras iniciativas próprias de cada local ou de cada região como, por exemplo, o agroturismo. É necessário dizer, entretanto, que este modelo de agroindustrialização descentralizado não representa a solução de todos os problemas ou necessidades dos agricultores familiares ou do espaço rural. Ele deve ser entendido e trabalhado como parte de um conjunto de ações e de outras atividades, articuladas entre si, que busquem construir um desenvolvimento local sustentável nos aspectos social, ambiental, cultural e econômico, tendo por base a agricultura familiar.

⁶ Alguns autores destacam a importância deste tipo de empreendimento. Ver mais em TESTA et. al. (1996), por exemplo.

⁷ Considera-se, aqui, o ICMS gerado pela venda dos produtos das ARPPs e de outros tipos de comércio local, estimulados pelo aumento da renda dos agricultores, como, por exemplo, a aquisição de bens de consumo e de equipamentos e insumos agropecuários.

Caracterização da agroindústria rural de pequeno porte

Essa caracterização tem por objetivo propor um “modelo” possível de agroindústria rural de pequeno porte, com uma maneira própria de funcionamento e viável dentro do atual momento econômico e de mercado. Este tipo de agroindústria, por ser de pequeno porte, não tem os ganhos da economia de grande escala. Isto implica que ela deverá ser constituída em uma outra lógica, ou seja, de um outro jeito próprio, diferente da agroindústria convencional, que tem na sua grande escala o eixo principal para a viabilidade econômica. A idéia é descrever, a partir de nossa vivência com esse tema⁸, um “tipo ideal”, apontando “princípios” de como deveria ser uma pequena agroindústria, ou seja, do que é fundamental para seu bom funcionamento e, muitas vezes, decisivo para a sua viabilidade.

A definição de ARPP se relaciona, portanto, a diversos aspectos, quantitativos e qualitativos, como: o número e o tipo de público associado ou proprietário da agroindústria; os tipos de tecnologia; o tamanho dos equipamentos e instalações; a origem da matéria-prima principal utilizada; a qualidade e a quantidade de cada produto; o número de pessoas que trabalham na agroindústria e a localização do empreendimento. O comportamento e as variações deste conjunto de aspectos dependem de cada realidade, o que torna difícil a construção de um conceito de pequena agroindústria, único e definitivo. A seguir, procuramos descrever os aspectos mais relevantes de nossa conceituação.

a) Propriedade e gestão

A agroindústria de pequeno porte é de propriedade dos agricultores familiares. Ou seja, com a implantação da agroindústria, os agricultores passam a atuar em duas importantes etapas da cadeia

⁸ Como coordenador do programa “Agroindústria de Pequeno Porte” junto ao Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – Cepagro (1994-99) e como consultor (a partir de 1999), desenvolvemos diversas ações de assessoria para a elaboração de projetos e para a implantação e gestão de pequenas agroindústrias. Desenvolvemos, ainda, atividades de assessoria a programas de pequena agroindústria, de implantação de legislação sanitária e de capacitação de técnicos e agricultores (Departamento de Agroindústria, Cooperação e Comercialização – DACC/SAA/RS, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto de Terras de São Paulo – Itesp/SP, Associação de Apoio à Verticalização da Pequena Produção Familiar – Aprove/Brasília/DF e outras Organizações).

produtiva, os setores primário e secundário. Aqui começa a se caracterizar a idéia de mudança de papel da agricultura familiar, não mais apenas de produção de matéria-prima mas, além disso, de industrialização da sua própria produção agropecuária.

A posse e a gestão do empreendimento pode ser individual ou, em geral, de um pequeno grupo de agricultores. A organização de pequenos grupos de agricultores (associação, cooperativa, condomínio, sociedade comercial) favorece uma otimização da estrutura disponível nas propriedades e a racionalização dos recursos investidos na implantação da unidade industrial. A cooperação⁹ se constitui, neste caso, num importante instrumento para a viabilização da ARPP, pois a otimização dos investimentos (utilização total e adequada da estrutura) pode representar uma diminuição do custo de produção. A gestão das pequenas agroindústrias também é desenvolvida pelos agricultores familiares associados. Para isso, devem contar com a assessoria de técnicos, com uma programação bem articulada (e racional) de capacitação e com instrumentos adaptados à sua realidade, possibilitando uma boa administração de tudo o que se relaciona ao empreendimento. O importante na gestão é que toda a tomada de decisão cabe aos agricultores. Isto deve ocorrer de maneira que todas as pessoas envolvidas sempre tenham acesso a todas as informações em torno dos temas em pauta. A instalação das pequenas agroindústrias próxima das propriedades dos agricultores associados facilita o desenvolvimento de uma gestão transparente e participativa dos proprietários. Estes, assim como outros princípios da cooperação, são imprescindíveis para o bom funcionamento de uma organização e da própria agroindústria.

b) Matéria-prima

A matéria-prima principal utilizada na agroindústria é produzida pelos agricultores associados. Eventualmente é adquirida uma pequena parte de terceiros, em geral de outros agricultores próximos. É na utilização da matéria-prima produzida pelos próprios agricultores proprietários da agroindústria que se caracteriza a agregação de valor aos produtos

⁹ No caso do Oeste Catarinense, segundo dados da Apaco/Desenvolver - Pólos 1, 2 e 3, em 130 projetos tem-se 650 agricultores associados, com uma média de cinco agricultores por agroindústria.

agropecuários. Ao contrário de vender os produtos primários, muitas vezes em condições desfavoráveis de preços e prazos, a agroindustrialização possibilita adição de valores relativos à venda de um produto mais acabado e, em geral, pronto para o consumo.

Do ponto de vista da viabilidade do empreendimento, o domínio dos setores primário e secundário favorece um planejamento mais racional das atividades, diminuindo os riscos, embora possa implicar em preocupação aos agricultores, pois é mais uma atividade para ser gerenciada. A matéria-prima própria confere uma certa autonomia, com a disponibilidade em quantidades precisas e em cada momento específico, com qualidade adequada e custo baixo. Isto porque a venda dos produtos segue, corriqueiramente, um cronograma, com qualidade e quantidades exatas e em intervalos pré-estabelecidos, geralmente impostos pelo mercado. A formação de estoques de produtos prontos, caso da agroindústria convencional, é uma forma de diminuir a irregularidade de oferta. Meta esta, entretanto, de difícil alcance para a produção em pequena escala, pois implicaria na necessidade de grande volume de capital de giro, o que poderia significar um investimento de mais de dois ou três meses do total das receitas da agroindústria.

Caso dependesse de matéria-prima externa, haveria a necessidade mensal de receitas no fluxo de caixa da agroindústria para a aquisição junto a terceiros, como destacamos anteriormente. Ao contrário disso, no caso da agroindústria utilizar a matéria-prima própria, boa parte das receitas que seriam utilizadas como capital de giro se transformam em renda aos associados. Relembre-se que a falta de capital de giro é apontada como uma das principais causas de falência, principalmente de pequenas empresas, problema que, desta forma, a ARPP pode resolver em boa parte.

Outro ponto, ainda, é a disposição da matéria-prima a um custo compatível. A proximidade das pequenas agroindústrias das propriedades rurais dos agricultores associados facilita o aproveitamento da matéria-prima a menores custos. Acrescente-se, também, que o uso de matéria-prima do próprio grupo possibilita a garantia da sua qualidade. Destaque-se, aqui, a importância do uso de uma boa matéria-prima para a obtenção de produtos de alta qualidade¹⁰.

¹⁰ Brito (1999) aponta a importância de uma matéria-prima de boa qualidade, tomando como exemplo o leite para a obtenção de alimentos saudáveis e com maior vida útil.

A autonomia que a auto-suficiência de matéria-prima confere é imprescindível para a viabilização das pequenas agroindústrias, seja pela qualidade, seja pelo aspecto econômico, ou, principalmente, pelo social.

c) Mão-de-obra

Neste tipo de empreendimento a mão-de-obra familiar é utilizada nos dois setores da cadeia produtiva, primário e secundário, podendo contar, complementarmente, com outros agricultores próximos. A quantidade de mão-de-obra envolvida nas pequenas unidades agroindustriais está relacionada, principalmente, à quantidade de alimentos produzidos, ao tipo de tecnologia adotado e ao grau de automatização dos equipamentos. Em geral, as pequenas agroindústrias, por utilizarem equipamentos mais simples, envolvem, proporcionalmente à escala de produção, um maior número de pessoas no trabalho¹¹.

No caso das agroindústrias do Oeste Catarinense, segundo a Apaco/Desenvolver, começa a faltar mão-de-obra nos grupos de agricultores após a implantação da agroindústria. Voltamos ao exemplo da “Associação de Agricultores Monte Alegre” de Coronel Freitas, proprietária da Indústria de Alimentos e Frigorífico Agrado. Esta Associação, formada por sete associados e com o total de 29 pessoas, anteriormente utilizava a mão-de-obra de oito pessoas, envolvidas na produção de fumo, milho, leite, suínos e outras atividades (apenas setor primário). Após a implantação do Frigorífico, o conjunto das atividades (setores primário e secundário) passou a ocupar a mão-de-obra de 19 pessoas¹², que representa o total da população economicamente ativa da Associação, já sentindo a necessidade de mais trabalhadores. Essa mesma tendência é verificada na maioria das 40 ARPPs em funcionamento, ligadas a Apaco/Desenvolver, no Oeste Catarinense.

Este é um aspecto importante, pois a remuneração da mão-de-obra representa um aumento do total da renda familiar dos associados. A renda oriunda da mão-de-obra, destaque-se, é um dos importantes componentes de viabilidade da agricultura familiar. Neste caso, mais ainda,

¹¹ Nos projetos acompanhados pela Apaco/Desenvolver - Pólos 1, 2 e 3, Oeste de Santa Catarina, a média de ocupação (direta) de mão-de-obra é de 8,7 pessoas por agroindústria.

¹² A mão-de-obra está assim distribuída: 8,5 pessoas na produção primária, 8,5 pessoas na industrialização e 2 pessoas na comercialização.

pois ela soma-se à renda oriunda da venda dos alimentos industrializados e da matéria-prima¹³. Percebe-se que, ao contrário de dispor de quantidades significativas de recursos em caixa (capital de giro) para adquirir a matéria-prima, o que estaria remunerando a mão-de-obra de terceiros, esse volume de dinheiro passa a ser importante incremento na renda das famílias associadas.

d) Tecnologia

O nível de sofisticação dos equipamentos utilizados, como já apontamos, geralmente não é muito elevado, com baixo nível de automatização. Um importante aspecto a ser observado na tomada de decisão sobre os equipamentos e o modelo tecnológico é a sua compatibilidade com a quantidade de produção prevista, com a quantidade de mão-de-obra disponível para trabalhar na agroindústria, com a viabilidade econômica da unidade e com a qualidade dos produtos. Quanto mais esses pontos estiverem ajustados um ao outro, maior a possibilidade de obter um custo final unitário menor, sem perder de vista a qualidade desejada do produto.

Destaque-se, aqui, o aparecimento recente de novas tecnologias e equipamentos industriais, que ampliam as possibilidades de competitividade das pequenas agroindústrias. Wilkinson (1996, p. 180-1) acredita que esse é um dos importantes fatores favoráveis à implantação de pequenas agroindústrias. A miniaturização que vem ocorrendo em alguns tipos de equipamentos, caso do leite, por exemplo, está favorecendo a descentralização da agroindustrialização, com todo o rigor na qualidade dos produtos. Mesmo com a necessidade de mais pesquisa para gerar ou recuperar e adaptar tecnologias, já é possível desenvolvermos pequenas plantas industriais.

e) Escala

A compatibilização que falamos acima se relaciona também à quantidade de produção da unidade. Não existe uma pré-definição de quanto deve ser a produção de cada agroindústria. O princípio está em um

¹³ Ainda no caso das agroindústrias do Oeste Catarinense, no caso de uma família associada com duas pessoas envolvidas no trabalho, sua renda aproximada é de R\$ 400,00 ou cerca US\$ 150,00 (um salário mínimo por pessoa), mais R\$ 300,00 (cerca de US\$ 112,00) da renda da agroindústria, totalizando R\$ 700,00 (US\$ 421,00) por mês. A este valor deve-se acrescentar, ainda, a renda oriunda da matéria-prima que cada associado coloca na agroindústria (dados Apaco/Desenvolver – Pólos 1,2 e 3).

permanente e bem ajustado arranjo entre a escala de produção, o número de pessoas que trabalham e o tamanho dos equipamentos e das instalações. Isto porque a quantidade de produção prevista, neste caso pequena, deverá justificar, entenda-se remunerar, todos os custos e investimentos da unidade.

Diferentemente, a agroindústria convencional tem o chamado ganho de escala. Nela, todos os investimentos são divididos por uma grande quantidade de produtos, resultando um menor custo unitário. Na agroindústria convencional com uma pequena margem de lucro unitário, multiplicado por uma grande quantidade de produtos, resulta um grande lucro final e, também, uma capacidade maior de variação da escala de produção com riscos menores.

A quantidade de produção da ARPP, portanto, é específica para cada caso e deve ser estabelecida de acordo com o contexto local e de cada tipo de agroindústria, considerados os aspectos acima. Ou seja, deve-se fazer um bom estudo de viabilidade e elaborar um projeto adequado antes de iniciar a construção da unidade. Se o investimento¹⁴ for exageradamente alto para uma produção pequena, ter-se-á um alto custo final dos produtos. Em conseqüência, o preço dos produtos também deverá ser maior, o que poderá implicar em restrições na sua comercialização. Ao contrário, um bom planejamento e gestão poderão propiciar a utilização do máximo da capacidade produtiva instalada, resultando menor custo unitário de produção, aumentando a competitividade dos produtos no mercado.

f) Localização

A instalação da pequena agroindústria no meio rural favorece o aproveitamento da mão-de-obra familiar e da matéria prima, com baixo custo de transporte. Nesse espaço, possibilita o reaproveitamento dos resíduos da industrialização reincorporando-os no processo produtivo, seja como adubo, seja como alimento dos animais, ou pode ainda, dependendo de cada caso, receber tratamento adequado, sem poluir o ambiente (ar, água, solo etc). A proximidade da unidade industrial em

¹⁴ Ainda no Oeste Catarinense são investidos, em média, R\$ 33.226,00 para a implantação de uma agroindústria (dados Apaco/Desenvolver - Pólos 1, 2 e 3). Este valor dividido pelo número médio de cinco associados por agroindústria, representa R\$ 6.645,00 de investimento por agricultor.

relação às propriedades dos agricultores também propicia a gestão do empreendimento pelos agricultores, oportunizando o acompanhamento de todo o processo para a tomada de decisão. Isto também define um desenvolvimento descentralizado.

g) Diferenciação dos produtos

Vem sendo destacada a importância da diferenciação dos produtos da pequena agroindústria, principalmente pela sua qualidade, daqueles da agroindústria convencional. Procuramos, aqui, levantar em que aspectos podem ocorrer esta diferenciação.

Para alguns autores como, por exemplo, Lagrange (1995, p. 72-73), existem vários critérios e indicadores que implicam em diferentes qualidades de um produto ou de um serviço. Este autor considera que a qualidade ótima para o consumidor deve ser a síntese destas várias qualidades. Dentre elas, destaca a qualidade sanitária (ou higiênica) quando um alimento não é nocivo à saúde; a nutricional, em função da satisfação das necessidades fisiológicas; a organoléptica, que proporciona prazer ao consumidor; a facilidade de uso, ligada à comodidade; e a regulamentar, por respeitar as diversas normas. Esta visão considera os principais aspectos técnicos da qualidade. Estes aspectos são importantes em relação à saúde dos consumidores, em especial pela incorporação do aspecto nutricional.

Do ponto de vista nutricional, qualquer produto, mesmo que seja bem apresentado, com boa estratégia de marketing, mas que não incorpore características e valores nutricionais não passa, na verdade, de um “volumoso” ou um “enchimento”. No caso do aspecto sanitário, a análise dos produtos apenas para constatar se representam riscos de contaminações e doenças tem sido o principal enfoque, a partir de meados do século XIX¹⁵. Associar os alimentos à saúde, no entanto, pode representar uma nova visão de qualidade.

Essa visão de “qualidade ótima”, apontada por Lagrange (1995), entretanto, não responde à expectativa da população em relação a quem produz os alimentos e como o faz. É necessário considerar outros elementos neste debate, principalmente aqueles relacionados

¹⁵ Ver mais em Prezotto (1999).

aos aspectos social, cultural, ecológico e de aparência, não contemplados aqui e que podem contribuir para o desenvolvimento mais equitativo da sociedade e o respeito ao meio ambiente. Aubert (1981), autor francês que estuda a agricultura biológica, levanta a necessidade de rever o uso dos agrotóxicos na produção de alimentos e os métodos de controle. Ele aponta que o uso dos adubos de origem sintética e dos agrotóxicos pode modificar a composição das plantas e, por consequência, significar uma ação desfavorável para a qualidade biológica dos alimentos e para a saúde do consumidor.

Uma importante referência para os produtos da ARPP é o que chamamos de qualidade ampla. Neste conceito acrescentamos outros aspectos àqueles levantados por Lagrange, como:

Ecológico: refere-se às características do processo de produção da matéria-prima e sua industrialização, buscando consequências mais favoráveis para a saúde dos consumidores e para o meio ambiente. Na produção primária podem ocorrer contaminações da água, do ar ou do solo, ocasionadas por dejetos¹⁶ e/ou por resíduos de agrotóxicos e fertilizantes de origem sintética. Na industrialização acentua-se o problema pelo uso dos conservantes e de outro conjunto de aditivos sintéticos. Isto implica, por consequência, em degradação ambiental irreparável e pode afetar a saúde das pessoas, também através dos alimentos.

Social: os alimentos, aqui, estão relacionados com a construção de um modelo de desenvolvimento que busque a inclusão e a participação das pessoas em todo o processo produtivo (como protagonistas). No caso dos consumidores, a questão que deve ser colocada é a de dispor de alimentos de qualidade a preços (considerado o seu custo de produção) condizentes com a realidade sócio-econômica da população. Um produto de qualidade ampla deve, portanto, contemplar esse caráter de desenvolvimento e de inclusão social, contribuindo para a construção da cidadania.

Cultural: as mudanças que vêm ocorrendo, de ordem econômica e tecnológica (associadas também ao êxodo rural), têm contribuído para um progressivo esvaziamento das tradições culturais do meio rural, especialmente às ligadas aos hábitos alimentares. Percebe-se, também, a influência dos produtos convencionais, industrializados em larga escala,

¹⁶ Sobre a poluição ambiental ver mais em GUVANT (1997).

na alimentação da população rural. Em contrapartida, por parte dos consumidores urbanos, parece haver o início de uma busca por produtos “coloniais”¹⁷, ou seja, aqueles produzidos pelos agricultores, em pequena escala e oriundos de pequenas agroindústrias. Isto pode representar uma inclinação da população na busca de alimentos associados aos valores culturais típicos do meio rural e da agricultura familiar e a uma grande diversidade.

Aparência: a aparência é a qualidade mais fácil de ser avaliada. É a qualidade que se vê e a que o consumidor é mais sensível. A beleza do produto e/ou da embalagem não devem, entretanto, excluir os outros aspectos da qualidade. A embalagem, por exemplo, mais do que só bonita, deve representar segurança para a conservação dos alimentos e não poluir o ambiente após o uso.

Enfim, a qualidade diferenciada dos produtos, que chamamos aqui de qualidade ampla, pode se caracterizar como um importante instrumento para a inserção e permanência das pequenas agroindústrias no mercado formal. Propomos acima, um conjunto de características que pode ser incorporado aos alimentos e, assim, materializar a propalada diferenciação dos produtos da ARPP.

A incorporação da qualidade ampla nos produtos e no processo produtivo, entretanto, não é suficiente. É necessária a promoção de uma estratégia de “diálogo educativo” da ARPP com os consumidores sobre os seus produtos. Este processo de comunicação sobre a qualidade dos produtos pode se dar diretamente entre produtores e consumidores ou através de um mecanismo de sinalização nas embalagens dos produtos. Um conjunto de sinais passíveis de compreensão, ou na forma de uma pequena mensagem, poderia ser um canal de informação dos aspectos qualitativos de cada alimento. Esta comunicação teria base em um “conceito referencial” de qualidade, com uma categorização dos produtos. Isto pode representar o início de um processo de consolidação de uma nova visão de qualidade dos alimentos, associada à saúde e à qualidade

¹⁷ Segundo uma pesquisa realizada junto a consumidoras de Santa Catarina (OLIVEIRA et al, 1999), os alimentos produzidos nas pequenas agroindústrias rurais apresentam uma imagem bastante favorável sobre a sua qualidade. Das entrevistadas, 86,5% deram notas superiores a 7 para a sua qualidade, numa escala de um (péssima) à dez (ótima), demonstrando um julgamento positivo sobre as variáveis qualitativas dos produtos da pequena agroindústria. Sobre o hábito de consumo, 63% das consumidoras declararam que costumam consumir este tipo de produto.

de vida. A qualidade, assim, pode representar também uma contribuição para um processo de (re) educação dos hábitos de consumo e a ampliação do espaço da agroindústria familiar no mercado.

A organização das pequenas agroindústrias em redes

Um outro ponto que merece destaque é a organização entre as pequenas agroindústrias, formando uma espécie de rede. Isto significa que cada agroindústria se articula com outras, para que juntas possam resolver problemas, os quais, individualmente, seriam de difícil superação. Com isso, as pequenas agroindústrias, ao invés de concorrerem entre si, formam uma espécie de bloco, em torno de uma Unidade Central de Apoio Gerencial. O principal objetivo desta Unidade Central, que representa mais uma forma de organização dos agricultores familiares, é prestar um conjunto de serviços às agroindústrias, ou seja, o apoio técnico (com técnicos contratados ou de órgãos públicos) para a produção da matéria-prima, a industrialização e o planejamento e gestão. A rede de agroindústrias pode representar, ainda, uma forma de mediação com órgãos governamentais em relação às políticas e serviços públicos, com o mercado e com os fornecedores. É um instrumento, também, para facilitar o transporte dos produtos e para gerir a qualidade e a apresentação dos alimentos.

Essa organização das ARPPs representa uma forma de aumentar o seu poder de intervenção e permanência no mercado formal. Através da rede as pequenas agroindústrias conseguem oferecer uma “cesta” com vários tipos de produtos, em escala compatível, e negociá-la em condições mais favoráveis junto aos mercados local, regional e em médias e grandes redes de varejistas e atacadistas.

No caso do Oeste de Santa Catarina, que vimos anteriormente, a rede é representada pela Unidade Central de Apoio das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense – UCAF, legalizada em uma forma de associação regional. Da UCAF, fundada em 16/11/1999, fazem parte, até o momento, sete cooperativas microrregionais: Cooperativa dos Produtores de Leite de Irati - Cooperleitti, Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Seara – Cooparfas, Cooperativa dos Agricultores Familiares de Quilombo – Coesta, Cooperativa dos Agricultores Familiares de Dionísio Cerqueira; Cooperativa dos Agricultores Familiares de Chapecó e Região – Cooperfamiliar; Cooperativa dos Produtores

Familiares de Concórdia – Cooparfac e Cooperativa Alternativa e Agroecológica dos Grupos de Agricultura Familiar de Campo Erê e Região - Cooperfamiliar. Outras duas cooperativas estão em fase final de constituição em Guaraciaba e em São Miguel do Oeste. As cooperativas microrregionais congregam os agricultores proprietários das pequenas agroindústrias (em forma de associações, condomínios ou microempresas) de quatro ou cinco municípios próximos. O modelo organizacional que está sendo implantado é: agricultor familiar P grupo de agricultores proprietários das ARPPs (associação, condomínio ou microempresa) P cooperativa microrregional P associação regional (Ucaf). A estrutura física da UCAF é a mínima possível (uma pequena sede) se aproximando de um modelo organizacional virtual, que busca o máximo de mediação e prestação de serviços aos agricultores.

A importância da UCAF já está sendo sentida pelos agricultores associados. Através da organização foi possível obter a legalização dos empreendimentos junto ao serviço de inspeção sanitária e a formalização jurídica/tributária, sem perder a condição de agricultor familiar junto a Previdência Social, que representavam entraves de difícil solução às pequenas agroindústrias. Facilitou, ainda, a diferenciação da qualidade e a melhoria da apresentação dos produtos, do marketing, da elaboração dos rótulos e da articulação com os mercados. Estes serviços são obtidos com menores custos, pois são dissolvidos em várias agroindústrias e/ou em maior volume de produtos.

Chama atenção, também, a possibilidade de aumentar a credibilidade dos produtos, principalmente junto aos consumidores. Através da rede pode-se estabelecer um canal de comunicação entre o produtor e o consumidor. Pode ocorrer uma espécie de “pacto” entre as agroindústrias, representada na sua rede, e organizações de consumidores (associações, cooperativas de consumo ou de moradores ou de bairros), ou atacadistas e varejistas, estabelecendo maior confiança entre quem produz (a rede de ARPPs) e quem consome. Neste caso, a qualidade dos produtos é interpretada também através da avaliação dos produtores e de suas organizações. Este tipo de comunicação entre produtores e consumidores, que pode ser promissor para a realidade brasileira, já acontece em outros países como, por exemplo, a França, onde existem produtores organizados para este fim¹⁸.

¹⁸ Sobre isso, ver Wilkinson (1999) em “A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares”.

Considerações finais

Vimos, aqui, que a pequena agroindústria pode representar um instrumento de desenvolvimento da agricultura familiar. A mudança no modelo de desenvolvimento passa essencialmente pela construção da cidadania. Para isso, quanto mais esse instrumento estiver articulado com outros, maiores as possibilidades de mudança, fazendo do espaço rural um lugar oportuno para se viver com qualidade. A pequena agroindústria, portanto, não pode ser constituída apenas levando-se em conta o caráter econômico, sob pena de estar repetindo o modelo convencional, promotor de exclusão. Por esta razão, deve-se pensar um *novo jeito próprio para implantar e fazer funcionar* este tipo de empreendimento. Para isso, discutimos, neste espaço, uma caracterização, sugerindo um conjunto de elementos que podem ajudar a construir uma agroindústria adaptada a cada local, sustentável e articulada com a lógica da agricultura familiar.

A efetivação dessa concepção de agroindustrialização de pequeno porte depende, entretanto, do apoio de programas federal, estadual e municipal, que incorporem um conjunto de ações e serviços públicos. *Dentre estas ações destaque-se, principalmente, a assistência e capacitação técnica em todas as etapas da cadeia produtiva, na organização social e na gestão do empreendimento; o resgate e geração de tecnologias adaptadas e adequadas às pequenas agroindústrias; estudos de mercado e mecanismos de apoio à comercialização, considerando, também, os mercados institucionais (merenda escolar, hospitais etc); o crédito adequado e acessível; a implantação e/ou a adequação da legislação e do serviço de inspeção sanitária¹⁹ e de legislações em outras áreas, como a tributária e a ambiental, de acordo com a realidade da ARPP e da agricultura familiar.* Esses mesmos pontos, por significarem importantes entraves para a ARPP, merecem novos estudos e pesquisas que possam subsidiar tomadas de decisão e orientar os serviços e políticas públicas.

Deve ser considerada, ainda, a articulação entre esses programas e os respectivos órgãos públicos envolvidos, havendo uma complementaridade entre eles. Isto pode contribuir para a constituição

¹⁹ A legislação sanitária é considerada um dos principais entraves para a implantação de pequenas agroindústrias, principalmente pela sua exigência de grandes instalações e equipamentos, elevando o valor de investimento. Sobre este tema ver mais em Prezotto (1999).

de um ambiente institucional favorável à implantação e à consolidação das pequenas agroindústrias no meio rural, superando as atuais restrições, principalmente as de ordem legal. Esse conjunto de ações públicas é um passo importante para a efetivação do potencial das ARPPs e para a consolidação de um desenvolvimento sustentável, com a participação da agricultura familiar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA e NAVARRO (org.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 33-55.

AUBERT, C. *L'agriculture biologique*. Le courrier du livre. Nouvelle édition (4º). Paris, 1981.

BRITO, J. R. F. Qualidade de leite se faz com compromisso. *Balde Branco*, São Paulo, ano XXXV, n. 412, fev. 1999, p. 9-12. Entrevista.

DA SILVA, J. G. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. rev. Campinas (SP): UNICAMP (IE), 1999. Coleção Pesquisa, n.1. 151p.

CARMO, M. S. do. A produção familiar como *locus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA e BRANDENBURG (org.) *Para pensar: outra agricultura*. Curitiba: Ed. UFPR, 1998, p. 215-238.

GUIVANT, J. S. *Suinocultura e poluição: os desafios de implementar uma política de controle ambiental*. Cadernos de Pesquisa, n. 12. Florianópolis: UFSC, 1997. 28p.

GUZMÁN, E. S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA e NAVARRO (org.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 19-32.

LAGRANGE, L. *La commercialisation des produits agricoles et alimentaires*. Collection agriculture d'aujourd'hui. Paris: Editora Tec & Doc., 2º édition, 1995.

MATTEI, L. A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense. *Idéias & Ações*, Florianópolis, v. 2, n.4, abr.1998.

OLIVEIRA, J. A. V.; SCHMIDT, W.; TURNES, V. A.; SCHMIDT, V. D. B.; GUZZATTI, T.; MACIEL, S.; VOIGT, L. *Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina*. Florianópolis: Cepagro, 1999. 51 p.

PAULILO, M. I. S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990. 184p.

PREZOTTO, L. L. *A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária*. Florianópolis, 1999. 143f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVESTRO, M. L. *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense*. Rio de Janeiro, 1995. 349f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

TESTA, V. M.; NADAL, R. de; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense* (Proposta para discussão). EPAGRI, Florianópolis, 1996. 247p.

VEIGA, J. E. da. A transição agroambiental nos Estados Unidos. In: ALMEIDA e NAVARRO (org.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998. p. 129-148.

WILKINSON, J. A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares: algumas considerações iniciais. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 2, p. 64-80, 1999.